Em AL, Hacker é alvo de operação por invadir e manipular sistemas judiciais

Página 7

Alagoas | 6 de junho | 2025

Ano 003 | Número 577 | R$ 3,00

Correio Alagoano

Informação com credibilidade



Instagram: @correioalagoano https://www.instagram.com/correioalagoano/

Facebook: @correioalagoano https://www.facebook.com/correioalagoano

Twitter: https://x.com/correio_al

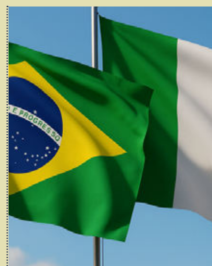
Fatos na Mira

Página 9

Aprendi no Flexal inicia novo curso de Confeitaria



Zambelli pode ser extraditada? O que diz acordo



Brasileiros preferem 2026 sem Lula nem Bolsonaro



MP declara apoio incondicional à nomeação de Marluce Caldas

Em ofício a Lula, Procurador-geral destaca currículo e experiência de indicada ao STJ

Página 4

Polêmica



Futuro do Mercado de Jaraguá vira debate intenso na Câmara de Maceió

Página 3

Operação Frigus



Polícia Civil "estoura" mais um desmanche de veículos na capital

Página 10

Irregularidades

Vigilância Sanitária notifica abrigo de animais

Página 3

Economia

Feira dos Municípios Alagoanos retornará com foco na cultura

Página 6

Política

Dois em cada três brasileiros são contra a reeleição de Lula

Página 5

DEU BOM!



- Em 1694, uma instituição foi criada no Brasil com a missão essencial para a economia local: garantir que o país tivesse uma moeda própria. A Casa da Moeda do Brasil é a empresa mais antiga do país, fundada ainda no período colonial. Ela teve papel vital em diversos momentos da história econômica brasileira, e até hoje se mantém relevante. Em 2025, ela completa 331 anos de existência, com capacidade de produzir anualmente mais de 2,6 bilhões de cédulas e 4 bilhões de moedas, atendendo não só ao Brasil, mas também exportando seus produtos para diversos países da América Latina.

- O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, defendeu na 4ª feira passada, uma abordagem jurídica criteriosa diante de casos em que mentiras são levadas à Justiça. Segundo ele, embora mentir seja eticamente reprovável, isso não significa, automaticamente, que o ato configure um crime previsto em lei. Para o magistrado, é fundamental que o Judiciário analise com precisão se a mentira constitui, de fato, um comportamento ilegal e passível de punição.



- Pela 2ª vez, a alagoana, nascida em Maceió, que mora atualmente em Fortaleza, representará o Brasil na cerimônia de premiação do Global Child Prodigy Awards, (Prêmio Global de Crianças Prodígio), dessa vez em Londres, dia 26 de junho. Ela será a única premiada na categoria "Astronomia Mundial", mérito conquistado com muito estudo e trabalho de observação e mapeamento dos astros, iniciado desde os 4 anos de idade. Em 2022, ela foi homenageada na categoria "astronomia mundial.Atualmente, é embaixadora mirim da Popularização da Ciência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

DEU RUIM!



- 2 minutos, 1 refrão chiclete e acabou. A nova geração de músicas pop está encolhendo. A tendência reflete uma transformação no jeito de consumir música, no modelo de negócios do streaming e até na atenção do público. A duração média das faixas que lideram a Billboard Hot 100 caiu 18% nos últimos 30 anos. De 4min14s em 1990 para 3min15s em 2024. O que está por trás disso? No Spotify, um play conta após 30 segundos, com músicas curtas tendendo a render mais repetições — logo, mais dinheiro. No TikTok, músicas não precisam de mais de 15 segundos para virar uma trend.

- O grande adversário dos clubes brasileiros se encontra justamente fora das 4 linhas — e impede um faturamento bilionário para as equipes. A pirataria virou uma espécie de 12º jogador contra os clubes brasileiros, e a conta já passou dos bilhões. Segundo dados do FNCP, 37% das camisas de futebol vendidas no Brasil são falsas. Em 2022, só esse mercado gerou um prejuízo de R$ 9 bilhões aos clubes. A tendência segue em alta, entregando design próximo ao do original e preço 50% menor.



- As obras do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula com verba enviada a estados e municípios estão praticamente paradas até agora. Dos R$ 48,8 bilhões firmados com entes da federação para obras de infraestrutura desde 2023, quando o programa começou, só 11,4%, R$ 5,5 bilhões, foram licitados, segundo o TransfereGov, sistema do governo federal. Os demais R$ 44 bilhões ainda não saíram do papel. São obras de transporte público em grandes cidades, saneamento, drenagem, construção de escolas e hospitais, pavimentação e requalificação de espaços.

CORREIO ALAGOANO
Informação com credibilidade

Antonio Noya
DIRETOR-EXECUTIVO

Jorge Tinoco
DIRETOR ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO

Luis Vilar
EDITOR-GERAL

Iracema Ferro
SUBEDITORA

Benedito Lima
DIAGRAMAÇÃO

PARA ANUNCIAR
(82) 99333.6028

CNPJ
48.999.992/0001-39

E-MAILS
correioalagoanocontato@gmail.com

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

ENDEREÇO - Av. Fernandes Lima, nº 8, Sala 406, Caixa Postal S 349 - Farol - Maceió - Alagoas - CEP: 57050-000

Futuro do Mercado de Jaraguá vira debate entre vereadores

CÂMARA, Discussão surgiu por possível retorno do equipamento ao governo de AL

Redação

O futuro do Mercado de Jaraguá, ainda que ninguém saiba ao certo o que está sendo planejado para aquele espaço, que é um dos mais tradicionais de Maceió, virou um embate político entre os vereadores, na sessão ordinária de ontem, na Câmara Municipal. A informação que chegou à Casa de Mário de Guimarães é de que o equipamento público seria retomado pelo governo estadual para uma remodelação, virando um novo polo gastronômico.

A informação não é confirmada oficialmente pelo Executivo estadual, mas – conforme o vereador David do Emprego (União Brasil) – os permissionários que trabalham no Mercado de Jaraguá já foram notificados sobre possíveis mudanças e passaram a questionar se, diante de um novo projeto, eles teriam que deixar de trabalhar no local. David do Emprego questionou o destino dos permissionários e cobrou por parte do governo do Estado maior transparência com um possível projeto para o local.



MERCADO DE JARAGUÁ é um dos equipamentos tradicionais da capital

Atualmente, o espaço é administrado pela Prefeitura de Maceió, o que traz componentes políticos para essa discussão, uma vez que a administração municipal e a administração estadual possuem comandos políticos adversários. David do Emprego afirmou temer uma desocupação do local que venha a prejudicar os trabalhadores. Segundo ele, na notificação recebida por permissionários esta possibilidade fica "explícita".

David do Emprego foi confrontado pelos vereadores Allan Pierre (MDB) e Milton Ronalsa (PSB) que afirmaram que o que se discute não prejudicará os trabalhadores, mas requalificará o local. Pierre colocou ainda que, diante da discussão levantada, nada impede que os vereadores se reúnam com representantes do governo do Estado para ter um maior conhecimento do que está sendo planejado. O emedebista destacou que a prioridade é garantir a permanência dos trabalhadores e a revitalização do espaço, independente de quem venha a administrar o local.

"Não podemos reduzir esse debate a uma guerra entre Estado e Município. O Mercado de Jaraguá é um patrimônio de Maceió e precisa ser tratado com responsabilidade", argumentou. Os vereadores defenderam uma audiência pública sobre o Mercado de Jaraguá, com o objetivo de discutir não apenas a gestão do espaço, mas possíveis melhorias para o local. Pierre disse que também teve acesso à notificação e que ela não fala em "remoção de permissionários, mas apenas comunica o fim do comodato" com a administração municipal, retornando para o Estado.

IRREGULARIDADES

Visa notifica um abrigo de animais

A Vigilância Sanitária de Maceió (Visa) realizou ontem uma fiscalização num abrigo de animais na parte alta da capital. Na ocasião, foram identificadas irregularidades no funcionamento do estabelecimento.

A inspeção foi resultado de denúncia anônima e resultou na notificação para regularização dos serviços oferecidos.

Na inspeção foram identificadas a ausência de alvará sanitário e de um responsável técnico, que seria um médico veterinário, obrigatório em locais onde há o atendimento de animais. Além disso, não havia no abrigo contrato com empresa de recolhimento de resíduos sólidos, o que contraria a legislação ambiental, por não definir a destinação e descarte correto dos insumos cirúrgicos e contaminados.

FLAGRA DO COTIDIANO

cenaurbana.correioalagoano@gmail.com

Um caminhão puxou a fiação e deixou um poste pendurado, na manhã de ontem, próximo à Praça Sinimbú, no Centro de Maceió. Não há registro de feridos. O trânsito na região ficou intenso. Devido ao acidente, o caminhão ficou parado, fechando a via quase que completamente. O poste ficou pendurado pela fiação, com parte da estrutura apontada para a pista. Segundo a Equatorial Alagoas, foi necessário interromper o fornecimento de energia na região, para retirar o poste e realizar os reparos necessários.



Reprodução/Redes Sociais

MP encaminha ofício a Lula em defesa de nomeação de Marluce

STJ, Procurador-geral reforçou apoio incondicional à indicação de procuradora de Alagoas

Redação

Além dos mais recentes apoios que a procuradora de Justiça do Ministério Público de Alagoas, Marluce Caldas, recebeu para que seja nomeada para a vaga de ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o procurador-geral de Justiça, Lean Araújo, reforçou o apoio incondicional da instituição da qual faz parte à nomeação de Caldas.

Nesta semana, Araújo encaminhou um ofício ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que ainda não nomeou o nome para a vaga em aberto. Lula possui em mãos uma lista tríplice, em que pode escolher entre 3 procuradores. Caldas era tida como 1 das favoritas, mas diante das disputas políticas, incluindo a dos grupos de Alagoas, o presidente recuou e o que era esperado para os primeiros meses deste ano ainda não aconteceu.

Lean Araújo busca ser uma força a mais na "briga" pela indicação de Marluce Caldas. Em seu ofício ao presidente da República, o procurador-geral de Justiça destaca a atuação da procuradora por 37 anos. Segundo ele, Marluce Caldas "sempre esteve à frente do seu tempo, verberou a injustiça, sobretudo social, bradou em defesa dos hipossuficientes, nunca se furtou à defesa das causas justas, mesmo quando perigosas. Sempre precursora, foi a primeira promotora de Justiça de Alagoas a ocupar a tribuna no Tribunal do Júri na capital do Estado, sem, contudo, afastar-se das causas sociais, postura que a levou a ocupar a Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos e a Secretaria do Emprego e Renda do Estado de Alagoas".



Lean Araújo enviou lista extensa de argumentos em defesa de Marluce

"É uma honra para nós termos a procuradora de Justiça Marluce Caldas na lista tríplice, uma vez que essa votação reconhece a qualidade dos membros do Ministério Público do Estado de Alagoas. E, para além disso, essa escolha é fundamental para reafirmamos a atuação da mulher dentro dos tribunais superiores. Reconhecemos as defendemos que a escolha seja pela procuradora Marluce, especialmente em razão do seu notório saber jurídico, que muito irá contribuir com as discussões e decisões daquela Corte", declarou Lean Araújo, por meio de sua assessoria de comunicação.

A lista tríplice que está nas mãos do presidente Lula é composta por Maria Marluce Caldas Bezerra, do MP de Alagoas, Sammy Barbosa Lopes, do Ministério Público do Acre (MPAC), escolhido para 1 das vagas, e Carlos Frederico Santos, do Ministério Público Federal.

Meio Ambiente

Alagoas foi o 1º estado do Nordeste a lançar Plano de Agricultura de Baixo Carbono

No Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho, o Governo do Estado reforça seu compromisso com a agricultura de baixo carbono e com o futuro sustentável na produção agropecuária.

Alagoas tem contribuído diretamente com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, principalmente para redução de emissões de gases do efeito estufa. O estado foi o 1º da região Nordeste a lançar o Plano ABC+ Alagoas, em junho de 2023, seguindo de forma institucional as diretrizes do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Para garantir a efetividade do plano, a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Seagri) coordena o Grupo Gestor Estadual do Plano ABC+ Alagoas, com a missão de estimular produtores e instituições a atingir as metas nacionais estabelecidas pelo Mapa, com adoção de tecnologias comprovadas e validadas de agricultura de baixo carbono para uma produção sustentável e a adaptado às mudanças climáticas.

O GGE tem papel estratégico no enfrentamento às mudanças climáticas no setor agropecuário e é formado pelo poder público, instituições acadêmicas, sociedade civil e entidades privadas com o objetivo de acompanhar as práticas sustentáveis adotadas na agropecuária, entre elas o aumento da resiliência climática, redução da erosão do solo, melhorias na fertilidade do solo, otimização do uso da água com maior segurança hídrica, uso eficiente da terra, promoção de sequestro de carbono, entre outros.

"O grupo gestor acompanha as inovações, estratégias e projetos que incentivem e melhorem as práticas ligadas à agropecuária, estimulando a adoção de práticas sustentáveis, através de tecnologias acessíveis para o pequeno, médio e grande produtor rural alagoano. Com o Plano ABC+ Alagoas, conseguimos entender que é possível crescer preservando a natureza", explica Aline Rodrigues, secretária estadual da Agricultura e Pecuária.

Para alcançar esses objetivos, o Plano ABC+ Alagoas estabelece metas concretas de expansão das áreas com práticas sustentáveis, como: Recuperação de 10 mil hectares de pastagens degradadas com técnicas adaptadas às condições locais; adoção do Sistema de Plantio Direto em 5.450 hectares de grãos e hortaliças; implementação de 3.700 hectares com Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e Sistemas Agroflorestais (SAF); ampliação de 15 mil hectares com florestas plantadas; adoção de bioinsumos em 10 mil hectares; e expansão de sistemas irrigados em 1.000 hectares.

2 em cada 3 brasileiros são contra a reeleição de Lula

EM CONTRAPARTIDA, 32% defendem que o petista deve concorrer novamente

Em Tempo Notícias

Um levantamento realizado pela Genial/Quaest divulgado ontem revelou que 2 em cada 3 brasileiros defendem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não deve concorrer à reeleição em 2026. Em contrapartida, 32% defendem que o petista deve concorrer novamente32% defendem que o petista deve concorrer novamente.

Para efeito de comparação, a mesma pesquisa divulgada em dezembro de 2024 indicava que 45% dos brasileiros apoiavam a reeleição de Lula.

O atual presidente também alcançou o maior índice de desaprovação desde o início do 3º mandato: 57%, conforme levantamento divulgado ontem.



LULA agora surge em empate técnico nas simulações de 2º turno

Lula vê a disputa com possíveis adversários da direita se acirrar para o pleito de 2026.

Antes com vantagem em pesquisas de intenção de votos, o petista agora surge em empate técnico nas simulações de 2º turno com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL).

Embora apareça na pesquisa, Bolsonaro está inelegível até 2030, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Recentemente, por decisão dos ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-mandatário virou réu por tentativa de golpe de Estado.

Mesmo entre seu eleitorado, 15% defende que Lula não deve concorrer. Além disso, entre os eleitores que se consideram mais à esquerda, mas votam no atual presidente, hoje 37% defendem que Lula não concorra.

Foram ouvidas 2.004 pessoas em todo o país entre os dias 29 de maio de 1º de junho. A margem de erro é de 2%, para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%.

CRIMES

Brasil tem média de 1 deputado federal preso por ano, do ano de 2013 para cá

CNN

De 2013 para cá, o Brasil acumula uma herança de deputados federais presos no exercício do cargo ou com o mandato recém retirado: a média é de 1 caso por ano.

Os parlamentares pertencem a diferentes partidos, tanto da direita quanto da esquerda, e estão no centro de crimes de corrupção e até homicídio.

O 1º caso da lista foi emblemático: Natan Donadon, no então PMDB de Rondônia, foi condenado em 2013 por peculato e formação de quadrilha, com prisão determinada pelo STF.

A pena de 14 anos foi aplicada por formação de quadrilha e roubo de dinheiro público.

Donadon foi denunciado por desvios de recursos na Assembleia Legislativa de Rondônia por meio de simulação de contratos de publicidade.

Em um sentimento de autoproteção da classe, o plenário da Câmara manteve o mandato de Donadon em 2013. Um ano depois, no entanto, e na 1ª votação aberta em casos do tipo, o arrependimento bateu e com 467 votos favoráveis e nenhum contrário, Donadon foi cassado.

Outro caso histórico foi do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que perdeu o mandato em setembro de 2016, assim como os direitos políticos por 10 anos.

Em outubro, ele foi preso em Brasília por determinação do então juiz da Lava Jato, Sérgio Moro, e levado a Curitiba.

Em outras situações, parlamentares continuaram a frequentar a Câmara usando tornozeleiras eletrônicas após terem liberdade condicional concedida. É o caso de Daniel Silveira, na época do PSL no Rio de Janeiro, que resistiu ao uso do equipamento. Celso Jacob (PMDJ-RJ), por exemplo, cumpriu pena no regime semiaberto, e dava expediente na Câmara durante o dia.

A PEDIDO DA PF

Interpol inclui Zambelli na lista de foragidos internacionais

CNN

A Interpol incluiu ontem o nome da deputada Carla Zambelli (PL-SP) na lista de foragidos internacionais. A inclusão atende a um pedido da Polícia Federal (PF) em cumprimento da determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O nome de Zambelli consta na Difusão Vermelha da Interpol, banco de dados de pessoas procuradas pelas polícias dos 196 países-membros do órgão.

A análise para a inclusão da deputada na rede internacional durou menos de 24 horas.

O nome da parlamentar ainda não está disponível no site da instituição como "procurada". Segundo integrantes da Interpol relataram à CNN, nem todos os procurados ficam com o nome disponível para consulta na área pública do sistema do órgão.

"Cada país tem sua regra. No Brasil, por exemplo, a PF realiza a prisão com base em determinação judicial", acrescentou.



Feira dos Municípios retorna com foco na cultura, economia e gestão

Interior, AMA confirma que tradicional evento de Alagoas será reiniciado a partir de 2026

Em Tempo Notícias

Após um hiato desde 2019, a Feira dos Municípios Alagoanos está de volta em 2026, reafirmando seu papel como vitrine das potencialidades culturais, turísticas e econômicas das cidades do estado. O lançamento oficial do evento ocorrerá na próxima 2ª feira, às 10h, na sede da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), em Maceió.

Organizado pela AMA, o evento é tradicionalmente reconhecido por reunir milhares de alagoanos e turistas, promovendo a cultura local por meio de apresentações artísticas, exposições de artesanato, gastronomia típica e diversas outras expressões culturais. A última edição, em 2019, aconteceu no Centro Cultural e de Exposições de Maceió e contou com mais de 90 estandes, evidenciando a diversidade e a riqueza cultural dos municípios participantes.

A edição de 2026 trará como novidade a integração com o Congresso dos Municípios Alagoanos, espaço voltado à capacitação de servidores públicos. O congresso já teve edições anteriores em 2019, 2023 e 2024, abordando temas como gestão pública, inovação, planejamento e finanças municipais, com a participação de especialistas e autoridades nacionais.



Evento é tradicionalmente reconhecido por reunir milhares de pessoas

Durante o lançamento, a AMA divulgará a data oficial do evento e as orientações para a participação dos municípios.

A expectativa é de que a feira contribua significativamente para o fortalecimento do desenvolvimento regional, a troca de experiências entre gestores públicos e o fomento à economia local.

A AMA convida prefeitos, prefeitas, secretários municipais e demais representantes das gestões locais a participarem do lançamento e colaborarem para a construção de uma edição histórica do evento, que celebrará a identidade e o potencial dos municípios alagoanos.

Na próxima 3ª feira, a comissão organizadora realizará uma apresentação exclusiva para possíveis patrocinadores e parceiros institucionais. O objetivo será apresentar as oportunidades de visibilidade, relacionamento e impacto social que o evento oferece aos apoiadores, reforçando a importância de parcerias estratégicas para a realização da feira.

União dos Palmares

Ministério Público de Alagoas debate indenização às vítimas do acidente na Serra da Barriga

Com o objetivo de apresentar o andamento das ações relativas ao acidente com um ônibus que resultou na morte de 20 pessoas e deixou outras 28 feridas, ocorrido na Serra da Barriga, no dia 24 de novembro de 2024, bem como tratar das indenizações às vítimas sobreviventes e aos familiares das que morreram, o Ministério Público de Alagoas (MP), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares, promoveu uma audiência pública, nessa semana.

Participaram gestores públicos municipais, que representaram a Procuradoria Geral do Município e as Secretarias de Saúde e Assistência Social, familiares das vítimas e seus advogados.

Titular da 2ª PJ de União, a promotora de Justiça Jheise Gama ressaltou, logo na abertura da audiência, que todas as vítimas e seus familiares podem procurar, se desejarem, a assistência da Defensoria Pública Estadual ou de advogados particulares.

A promotora também salientou que as vítimas ou familiares de vítimas que forem servidores públicos municipais em cargos comissionados, isto é, sem estabilidade, não se sintam intimidadas ou com medo de entrar com ações e procurar a justiça.

"Caso ocorra algum tipo de retaliação a esses servidores que forem comissionados, vocês procurem o Ministério Público, que adotaremos as medidas cabíveis. O direito de petição é previsto constitucionalmente e não pode ser retirado de forma alguma", esclareceu a promotora.

Ela também afirmou que, em março, o MP ingressou com ação judicial contra o Estado e o Município para que fizessem a retirada do ônibus do local do acidente, sob pena de multa diária. Após a decisão judicial, o Município, segundo ela, pediu um prazo de 30 dias para realizar procedimento de dispensa de licitação e contratar uma empresa especializada para efetuar o serviço, ficando temporariamente isento da multa. Já o Estado, conforme a promotora, se manteve silente e segue pagando uma multa diária de R$ 5 mil. A retirada é necessária para que seja realizada uma perícia.

O procurador-geral do Município de União dos Palmares, Alan Belarmino, informou que a empresa já foi contratada e está adquirindo um cabo específico para usar na remoção do veículo. A promotora acrescentou que o prazo que o município tem para concluir a retirada do ônibus termina no dia 21 de junho.

Após ser questionado por familiares das vítimas, o procurador disse que o ônibus fazia o transporte escolar durante a semana e que, dias antes do acidente, havia passado por inspeção. Representantes das Secretarias de Saúde e Assistência Social citaram as ações realizadas logo após o acidente, como distribuição de cestas básicas, atendimento médico e psicológico.

As vítimas e seus familiares, por sua vez, disseram que a assistência foi insuficiente, que precisaram comprar alguns remédios por conta própria, e que receberam cestas básicas somente em dezembro do ano passado. Algumas perderam parentes que eram os únicos provedores da família. Outras relataram que os familiares sobreviventes ainda estão com sequelas físicas e psicológicas.

Preso hacker que invadiu e manipulou sistemas judiciais

CRIME CIBERNÉTICO, Suspeito, que já havia sido preso no RS, foi detido em Marechal

Redação



AGENTES DO CORE participaram da operação com o Dinpol

Uma operação da Polícia Civil de Alagoas deflagrada ontem cumpriu um mandado de busca e apreensão num imóvel que havia sido alugado por um hacker, em Barra Nova, no município de Marechal Deodoro, região metropolitana de Maceió. A ação foi deflagrada por meio da Diretoria de Inteligência Policial (Dinpol) e da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core/Dracco).

A operação foi comandada pela delegada Bárbara Porto. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, o hacker – que não teve o nome revelado – já havia sido preso no Rio Grande do Sul e é suspeito de invadir e manipular sistemas judiciais.

Segundo as investigações, o acusado cometeu crimes cibernéticos, violando credenciais de usuários com diferentes níveis de acesso. Ele ainda é acusado de falsificar documentos e adulterar processos em Santa Catarina, com o objetivo de prejudicar o andamento processual e desafiar os sistemas judiciais. Há indícios de que ele utilizava ferramentas sofisticadas para ocultar suas ações e dificultar a detecção das invasões.

A investigação começou há cerca de 6 meses, quando a inteligência do Poder Judiciário, em colaboração com a Delegacia de Investigação Criminal de Balneário Camboriú/SC, começou a apurar a invasão de dispositivos informáticos.

Os criminosos invadiram credenciais de magistrados de tribunais em vários estados do país para realizar baixas ilegais de restrições de veículos no sistema Renajud, restrições essas relacionadas a processos em andamento no Judiciário.

O Renajud (Restrição Judicial Eletrônica de Veículos Automotores) é um sistema eletrônico criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e o Serpro. Ele permite que juízes e autoridades judiciais emitam ordens de restrição sobre veículos diretamente no sistema.

As investigações continuam para determinar se outras pessoas estão envolvidas nos crimes.

MACEIÓ

Polícia Militar flagra crimes de tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo

Duas armas de fogo e mais de 400 gramas de entorpecentes foram apreendidos em ocorrências registradas pela Polícia Militar, na noite da 4ª feira passada, nos bairros da Chã da Jaqueira e Jacintinho. As ações terminaram com 2 indivíduos presos.

Uma das armas foi apreendida durante abordagem de equipes da Companhia de Ronda de Ação Intensiva Ostensiva (Raio), num trecho da Rua Marquês de Abrantes. Os militares realizavam patrulhamento numa localidade conhecida por ser ponto de disputa entre traficantes, quando avistaram uma dupla em uma motocicleta.

Os policiais observaram o momento em que o garupa tentou se desfazer de um objeto, iniciando assim o acompanhamento e dando voz de parada. Durante a busca pessoal, os militares encontraram uma pistola de calibre 380 na cintura do piloto e uma porção de cocaína com o garupa. Diante do flagrante, a dupla foi levada à delegacia, onde o condutor foi autuado por porte de arma de fogo e lavrado um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) por porte de drogas para o garupa.

Já no Jacintinho, guarnições da Ronda Ostensiva Tática Motorizada (Rotam) apreenderam 1 revólver de calibre 38, além de 285 gramas de maconha e 135 gramas de crack durante averiguação de uma denúncia de tráfico de drogas. O proprietário do imóvel alvo da abordagem assumiu a autoria dos ilícitos. Durante a consulta ao nome do indivíduo, foi verificada a existência de um mandado de prisão em aberto contra ele.

Além da droga, cerca de 15 caixas de Rohypnol, 1 balança de precisão e cadernos de anotações também foram localizados.

FLEXEIRAS

Espingardas são apreendidas em operação contra crime ambiental

Mais de 20 pássaros silvestres foram resgatados e 3 armas de fogo apreendidas durante ocorrências do Batalhão Ambiental, ao longo da quarta-feira passada, na cidade de Flexeiras, na Zona da Mata alagoana. As ações fazem parte da “Operação Semana do Meio Ambiente”, que intensificou a fiscalização contra crimes ambientais no estado.

Os pássaros foram encontrados em cativeiros sem a devida autorização durante abordagens feitas pelo BPA em residências na zona rural da cidade. Além disso, em dois imóveis foram encontradas três espingardas de calibres 22, 28 e 40.

Os proprietários assumiram não possuir licença para a criação dos animais, nem documentação legal para portar os armamentos. Diante do flagrante, os suspeitos foram levados à delegacia de Novo Lino para a realização dos procedimentos cabíveis. Já os pássaros foram encaminhados ao Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), onde receberão os cuidados adequados antes de uma possível reintrodução à natureza.

Meritão e Baggio estão disponíveis para o confronto contra o Avaí

Duelo, Galo joga no próximo sábado, na casa do adversário, pelo Campeonato Brasileiro

GE

O técnico Eduardo Barroca terá a volta de 2 jogadores no duelo do CRB com o Avaí, sábado, às 20h30, na casa do adversário. Meritão e Douglas Baggio, que cumpriram suspensão na vitória contra o Remo, ficam à disposição do treinador.

Por outro lado, Barroca não conta com o atacante Breno Herculano, que passou por cirurgia odontológica e não tem previsão de retorno aos gramados.

Uma provável escalação do CRB para enfrentar o Avaí tem: Matheus Albino; Weverton, Luis Segovia, Henri e Matheus Ribeiro; Meritão, Gegê e Danielzinho; Thiaguinho, Mikael e Douglas Baggio.

Quinto colocado do Brasileiro, o CRB tem 18 pontos. São 5 vitórias (Chapecoense, Athletic, Volta Redonda, Criciúma e Remo), 3 empates (Paysandu, Cuiabá e Amazonas) e 2 derrotas (Athletico e Botafogo-SP). O aproveitamento da equipe é de 60%.



Eduardo Barroca apronta o elenco alvirrubro para a partida pela Série B

Contratação

O CRB anunciou a 3ª contratação da janela de transferências de junho. Fechou com o clube o lateral-esquerdo Léo Campos, ex-Joinville.

O jogador, de 32 anos, chega para tentar suprir uma carência antiga do elenco. Tanto que o titular da posição vem sendo Matheus Ribeiro, lateral-direito de origem.

Léo nasceu em Santa Catarina, começou no Avaí e jogou em Alagoas em 2017 e 2019, pelo ASA. Nesta temporada, ele atuou em 17 jogos, sendo 12 no Velo Clube-SP e 5 no Joinville. Seu último jogo foi dia 17 de maio, na vitória do Joinville sobre o Barra-SC por 2 a 1, pela Série D.

A diretoria regatiana anunciou assim a contratação: "O novo lateral-esquerdo, Léo Campos, chega ao CRB junto ao Joinville, onde estava atuando na atual temporada. Antes do Joinville o catarinense de 32 anos disputou o Paulistão 2025 pelo Velo Clube, sendo titular absoluto da equipe. Seja bem-vindo, Léo Campos, que essa seja uma temporada de sucesso para você e o Galo de Campina", diz a nota do CRB.

Antes de Léo, foram anunciados recentemente pelo Galo o meia Giovanni, ex-Paysandu, e o atacante Dadá Belmonte, ex-América-MG.

BID

Diogo Batista é regularizado pelo CSA e pode estrear já na partida contra o América-RN

GE

O lateral Diogo Batista foi regularizado no BID (Boletim Informativo Diário) e deve estrear pelo CSA no duelo com o América-RN. A partida está marcada para as 17h30, na Arena das Dunas, pela última rodada da 1ª fase da Copa do Nordeste.

A lateral direita era uma urgência para o técnico Higo Magalhães. Vidal e Felipe Albuquerque se recuperam de lesão. Na vitória sobre o São Bernardo, o técnico Higo Magalhães escalou Ramon na posição.

Diogo Batista foi anunciado na semana passada, antes da abertura da janela de transferência de junho, que vai até a próxima 3ª feira.

O Azulão anunciou outros nomes na 4ª feira passada, o meia Luciano Naninho, ex-Volta Redonda, e o atacante chileno Matías Cavalleri, ex-Paysandu. Naninho já foi regularizado e também pode ser relacionado.

Outra contratação azulina, Matías Cavalleri, de 27 anos, que estava no Paysandu, ainda não teve o nome publicado no BID.

De acordo com o regulamento da competição, a data limite para inscrição de jogadores é 6 de junho. O CSA é o 2º colocado do Grupo B do Nordestão, com 10 pontos.



Diogo atende à necessidade urgente de contratação do Azulão

Carla Zambelli pode ser extraditada? O que diz acordo



Condenada a 10 anos de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) declarou que pretende usar sua cidadania italiana para não retornar ao Brasil e denunciar o que chama de "perseguição jurídica" em solo europeu. No entanto, o tratado de extradição em vigor entre Brasil e Itália não oferece uma blindagem absoluta: embora a nacionalidade italiana de Zambelli torne o processo mais complexo, a extradição da parlamentar continua juridicamente viável.

A dupla cidadania da deputada dá à Itália o direito de recusar a extradição, mas não impede que ela responda pelo crime no Brasil ou lá. Na 4ª feira passada, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a prisão preventiva de Carla Zambelli e a inclusão do nome dela na lista de fugitivos da Interpol. Bloqueou, ainda, bens e contas nas redes sociais da deputada.

Outro argumento citado por Zambelli é o de que estaria sendo vítima de perseguição política e jurídica. O tratado prevê que a extradição deve ser recusada se o fato for considerado crime político (Artigo 3º, letra "e") ou se houver risco de perseguição por opinião política (Artigo 3º, letra "f"). Ainda que esse ponto venha a ser levantado pela defesa, sua aceitação dependeria da interpretação do Judiciário italiano. A deputada foi condenada a 10 anos de prisão, ao pagamento de multa de R$ 2 milhões e à perda do mandato por invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A deputada declarou que está nos Estados Unidos e que se mudará para a Itália.

Se o Brasil formalizar o pedido de extradição, o processo passará obrigatoriamente por análise judicial na Itália. O país europeu não entrega automaticamente seus cidadãos, e o Judiciário local avaliará todos os elementos do caso, incluindo o respeito a direitos fundamentais e a existência de garantias para a defesa da deputada.Segundo o tratado, a Itália deverá comunicar sua decisão ao Brasil, seja pela concessão ou pela recusa da extradição (Artigo 14). Caso a extradição seja negada com base na cidadania italiana, a Itália pode abrir um processo doméstico pelos mesmos fatos, desde que o Brasil forneça os elementos necessários.

Um caso que se assemelha ao de Zambelli, lembrado por juristas brasileiros, é a extradição de Henrique Pizzolato, ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, condenado no escândalo do mensalão. Apesar de ter cidadania italiana, ele foi preso na Itália em 2014, após fugir do Brasil com documentos falsos, e acabou extraditado em 2015, após longa disputa judicial. A decisão da Justiça italiana considerou as garantias oferecidas pelo Brasil quanto ao cumprimento da pena. Se a Justiça brasileira entender que a deputada Carla Zambelli também busca escapar da condenação, um processo semelhante de extradição pode ser iniciado. [Congresso em Foco]

Aprendi no Flexal inicia novo curso de Confeitaria

O programa Aprendi no Flexal iniciou em maio uma nova capacitação profissional para os moradores da região. As aulas gratuitas de Confeitaria estão acontecendo na unidade do Senai, no bairro do Poço. O curso conta com 20 vagas e foi estruturado para atender demandas da comunidade, proporcionando habilidades valorizadas por empregadores de áreas com maior disponibilidade de ofertas de trabalho. Durante a capacitação, os participantes serão preparados para elaborar receitas de doces, bolos, biscoitos e outras sobremesas, com foco na produção artesanal e industrial. Além disso, vão receber orientações sobre o controle no uso de ingredientes, validade e qualidade dos produtos. Dentro do Programa também estão em execução os cursos de longa duração de Técnico em Informática e Técnico em Enfermagem. O programa chega ao total de 15 cursos e 310 vagas ofertadas. Até o momento, 12 já foram concluídos entre eles Oficina de Comunicação Comunitária; Mecânico de Motocicletas; Manicure e Pedicure; Pedreiro de Alvenaria; Encanador Instalador Predial; Eletricista Instalador Predial; e Cuidador de Idosos.

Brasileiros preferem 2026 sem Lula e sem Bolsonaro

Mais de 60% dos brasileiros não querem nem o presidente Lula (PT) nem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como candidatos à Presidência da República em 2026. É o que mostra pesquisa da Quaest, encomendada pela Genial Investimentos e divulgada ontem. Segundo o levantamento, 66% dos entrevistados acreditam que Lula não deve tentar a reeleição um aumento de 13 pontos percentuais em relação a julho de 2024, quando o índice era de 53%. Hoje, só 32% defendem que o petista busque um novo mandato, número que vem caindo desde o ano passado. O cenário de Bolsonaro é semelhante: 65% acham que ele deveria abrir mão da candidatura. Apenas 26% ainda apoiam a participação do ex-presidente, mesmo com sua atual condição de inelegível. Quando perguntados sobre o que mais temem, 45% disseram ter mais medo de um retorno de Bolsonaro à Presidência; já 40% temem a continuidade de Lula no cargo. Outros 7% disseram temer ambos os cenários.

Para o diretor da Quaest, o recado é claro. "Pela primeira vez a rejeição ao governo está se transformando em rejeição eleitoral a Lula, alavancando as candidaturas dos potenciais herdeiros de Bolsonaro. Todos aparecem crescendo ou já empatados na margem com Lula", afirma. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro lidera com folga a preferência dos eleitores bolsonaristas como eventual substituta do marido na disputa presidencial. Para 44% desse eleitorado, Michelle deveria ser a candidata de Bolsonaro em 2026. Em 2º lugar vem o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), com 17%. Depois aparecem Eduardo Bolsonaro (10%), Pablo Marçal (6%), Ratinho Jr. e Eduardo Leite (ambos com 5%), Ronaldo Caiado (4%) e Romeu Zema (1%). Não sabe ou não respondeu, 5%; outros, 2%. Já entre eleitores de direita que não se identificam como bolsonaristas, Tarcísio lidera com 32%, seguido por Michelle Bolsonaro (24%) e Ratinho Jr. (9%).

Mais um desmanche de veículo é 'estourado' pela polícia em Maceió

INVESTIGAÇÃO, Galpão foi encontrado na Avenida Fernandes Lima, durante operação

Redação

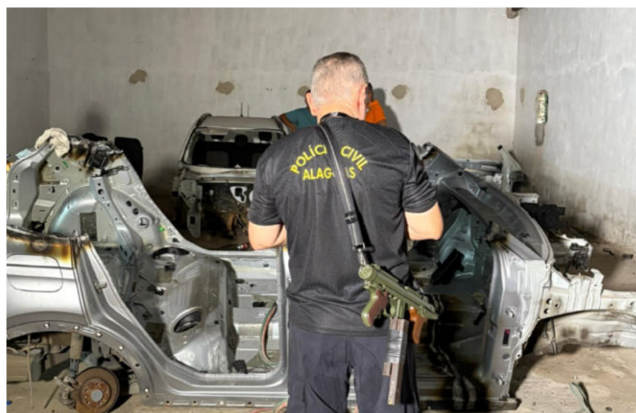
Mais um desmanche de veículos automotivos foi "estourado" pela Polícia Civil em Maceió, conforme informações da Secretaria de Segurança Pública de Alagoas. A ação policial ocorreu na 4ª feira passada, mas as informações foram divulgadas ontem.

A operação foi coordenada pela Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV) e a Diretoria de Inteligência Policial (Dinpol). As investigações identificaram um galpão clandestino, localizado na Avenida Fernandes Lima, uma das principais da capital alagoana, no bairro do Farol.

O espaço – conforme a Polícia Civil – era usado para o desmanche de veículos. A ação policial foi um desdobramento da Operação Frigus, noticiada pelo Correio Alagoano, em edição passada.

A Operação Frigus foi deflagrada na 2ª feira passada, quando foram descobertos 2 galpões no Conjunto Graciliano Ramos, na parte alta da cidade. Lá, os policiais encontraram veículos parcialmente desmontados, peças automotivas espelhadas e atividade ilegal.

Esse 3º galpão foi encontrado na Avenida Fernandes Lima também era utilizado pelo mesmo grupo criminoso. No local, foram encontradas 5 carcaças de veículos já desmontados.



POLICIAIS encontraram mais 5 carcaças de veículos em 3º galpão

De acordo com o delegado Wladney José, os responsáveis pelos desmanches têm agido rapidamente, retirando peças dos veículos durante a madrugada para evitar o flagrante. A polícia já sabe que os galpões pertencem ao mesmo grupo criminoso, que atua há bastante tempo em Alagoas, promovendo desmanches em grande escala.

"Flagramos mais um local de desmanche, com cinco veículos. Um deles roubado no município de Chã Preta, outro foi subtraído em São Paulo e localizado após ser levado para Pernambuco. Os demais ainda estão sendo identificados. Os responsáveis pelos locais fugiram, e um advogado chegou a se apresentar, informando que seus clientes iriam se entregar, mas até o momento isso não ocorreu", afirmou o delegado.

A Polícia Civil já intimou o proprietário do imóvel na Avenida Fernandes Lima, e as investigações seguem em andamento para identificar todos os envolvidos. Perícias foram solicitadas e os Boletins de Ocorrência dos veículos estão sendo levantados para embasar os procedimentos judiciais. O delegado ressalta que as diligências continuarão nos próximos dias, com o objetivo de responsabilizar os integrantes do grupo e coibir novas ações criminosas.

SAÚDE

Doenças cardíacas em jovens acendem alerta para mudanças necessárias no estilo de vida

Dados recentes do Ministério da Saúde (MS) revelam um aumento alarmante de 180% nas internações por infarto entre brasileiros com menos de 40 anos, entre os anos 2000 e 2024. A tendência preocupa especialistas e chama atenção para a urgência de mudanças no estilo de vida da população jovem.

O cardiologista Leandro Castelo, do Hospital do Coração Alagoano, aponta que essa situação é fruto de uma combinação preocupante. Segundo ele, o sedentarismo, aliado à alimentação inadequada, ao estresse e uso de substâncias nocivas, têm elevado o número de casos de hipertensão, obesidade e diabetes precoces, que aumentam o risco de doenças cardiovasculares. "A rotina acelerada, associada a hábitos alimentares ruins e falta de atividade física, tem levado ao crescimento dessas doenças em jovens. São fatores silenciosos que, somados, podem culminar num infarto antes dos 40 anos", alerta.

Além disso, o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, bebidas energéticas, cigarros eletrônicos e até anabolizantes contribui diretamente para o agravamento desse cenário.

Para ele, é possível reverter esse quadro com medidas simples e eficazes como adotar alimentação balanceada, rica em frutas, vegetais, fibras e com baixo teor de gordura e sódio; praticar exercícios físicos regularmente; controlar o estresse, incluindo pausas, lazer, sono adequado e, se necessário, apoio psicológico; evitar o tabagismo e o álcool em excesso.



Acesse o site
emtemponoticias.com e
leia a versão online
do Correio Alagoano.
+ Informações
+ Interação
+ Moderno
Em Tempo notícias .com
CORREIO ALAGOANO
Informação com credibilidade



felipe1camelo@gmail.com | @felipecamelooo

ALÉM DAS PRANCHAS

Do jeito que os seres nada humanos estão, comprovadamente, destruindo a natureza, por ganância e ignorância, esta ótima notícia me traz esperança de que o Meio Ambiente no Francês possa ser preservado diante da internacional repercussão: nossa estonteante praia no Litoral Sul é oficialmente "Reserva Nacional do Surf", esporte que vem transformando vidas, principalmente as de jovens de comunidades carentes.

Felipe Camelo



Queridíssimos meus, e entre si, **JADSON AMORIM** e **PATRÍCIA RAMALHO** numa cena "chega pra cá meu bem". Comprovadamente, a energia do abraço agrega bem-estar e aconchego, inclusive

Acervo pessoal



ALINE ANGELI conciliando muito bem jornalismo e sua produção artística/cerâmica autoral/artesanal. E + 1 x, pelo 2º ano consecutivo, recebeu em São Paulo o **PRÊMIO MITSUBISHI MOTORS DE DESIGN MADE 2025** na categoria "Objetos", nesta feira que é a principal referência brasileira de design colecionável

Acervo pessoal



DEDÉ, LEOPOLDO & BRENO GAMA felizes da vida, celebrando o 16º aniversário do Maria Antonieta, casa que eterniza a elegante figura e o nome da incrível, inesquecível e saudosa matriarca. Parabéns caríssimos, x 3

Acervo pessoal



Ativa produtora e agitadora, **SUE CHAMUSCA** celebrando recente aniversário de seu irmão **WOLFRAN MENDES**, eles que mantém jogos do Flamengo no Maracanã na memória, inclusive "umas farrinhas", como ela confessou

SOLARA
ÁGUA MINERAL NATURAL

MASTEROP
OPERADORA TURÍSTICA

Itamaraty atuou para não classificar PCC e CV como grupos terroristas

Segurança, Órgão afirmou que não há base legal para enquadrar as facções criminosas

O Antagonista

Reportagem publicada ontem pela Folha de S. Paulo mostra que o Itamaraty atuou para retirar trechos que associavam facções criminosas brasileiras ao terrorismo.

Durante negociações para um acordo de segurança na Tríplice Fronteira, a minuta inicial do pacto, firmado entre Brasil, Argentina e Paraguai, mencionava a "convergência" entre crime organizado e terrorismo — e citava facções como o PCC e o Comando Vermelho.

Ofício do Ministério das Relações Exteriores enviado ao Ministério da Justiça demonstra preocupação com os trechos e sugere a exclusão. A versão final do acordo, ratificada pelos países, já não traz as passagens contestadas.



Facções criminosas não poderiam ser enquadradas como terroristas por um princípio constitucional

De acordo com trocas de e-mails obtidas pelo jornal, a inclusão de pelo menos um dos trechos partiu da Argentina, com apoio da Polícia Federal brasileira, mas foi descartada após objeção do Itamaraty.

Em nota, o Itamaraty afirmou que o repúdio ao terrorismo é um princípio constitucional, mas que não há base legal para enquadrar facções criminosas como terroristas.

"Eventuais vínculos entre terrorismo e crime organizado não podem ser tratados como automáticos ou universais", disse a pasta.

A classificação de facções como terroristas tem gerado atritos entre o Brasil e os EUA. Em visita recente ao país, diplomatas americanos ouviram do governo brasileiro que as facções não se enquadram como organizações terroristas, por não agirem em nome de causas ou ideologias.

A Secretaria estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro e o governo dos EUA negociam um acordo para mudar o status do Comando Vermelho (CV) para uma Organização Criminosa Transnacional (TCO, na sigla em inglês).

Como resultado, os 2 países poderão trabalhar conjuntamente no combate à maior facção criminosa do Rio de Janeiro. Desde o ano passado, os 2 governos negociam a mudança de denominação.

Na prática, o reconhecimento do CV como uma organização terrorista transnacional permitirá que outras agências do governo americano, entre as quais a DEA (Drug Enforcement Administration) e a ATF (Agência de Álcool, Tabaco, Armas de Fogo e Explosivos), atuem para o combate ao grupo do Rio.

Justiça

Cristiano Zanin nega pedido do PL para Jair Bolsonaro ser julgado pelo plenário do STF

CNN

O ministro Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), negou um pedido do Partido Liberal para que o caso do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) fosse analisado no plenário da Corte. A decisão é de ontem.

Na ação ajuizada pelo partido, a legenda pede para que seja referendado no plenário do STF a competência de julgamento de autoridades após o afastamento do cargo, ou seja, em casos de crimes cometidos no exercício do cargo público.

O partido usou com embasamento a interpretação do artigo 5º, no inciso I, do Regimento Interno da Corte. No pedido, o partido argumenta que esse dispositivo, ao estabelecer a competência do Plenário para julgar certos crimes cometidos por determinadas autoridades, tem natureza de "lei em sentido material".

Na decisão, o ministro considerou que a situação atual analisada no processo não se encaixa na hipótese previamente discutida ou considerada. "A ação não reúne condições de prosseguimento, porque pretende revisitar interpretação conferida à norma regimental pelo próprio Supremo Tribunal Federal, por meio de decisões que inclusive já transitaram em julgado, proferidas pela Primeira Turma", diz Zanin na decisão.

Segundo o ministro, a Primeira Turma no processo da denúncia contra a trama golpista já analisou recursos


Ex-presidente não se encaixaria na prerrogativa de foro perante o STF

semelhantes relacionados ao artigo do regimento do STF e que "deveria ser aplicado para reconhecer a persistência de prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal Federal, já que as causas envolvem julgamento de atos praticados no exercício da função".